



ORIENTE MÉDIO

Quarta, 22 de Junho de 2016

## Embaixadores da injustiça: a nomeação de Dayan e a atuação de Gleser nas Olimpíadas do RJ

Jamal Juma | Ramallah (Cisjordânia) - 25/09/2015 - 17h55

**‘Simbólica e materialmente, Dayan e Gleser são embaixadores da injustiça. Nós, palestinos, não queremos que as populações no mundo sofram das mesmas táticas e práticas que nós estamos enfrentando há décadas’**

As relações entre Brasil e Israel têm impacto negativo tanto sobre o povo palestino, quanto sobre o povo brasileiro, especialmente os pobres e negros deste país. Exemplos latentes disto são os trabalhos de dois israelenses: Dani Dayan, um dos mais importantes líderes dos colonos da Cisjordânia, apontado pelo governo israelense como futuro embaixador no Brasil; e Leo Gleser, ator central das intervenções israelense na América Latina e que desfrutava de um contrato com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Dayan tem ocupado manchetes de jornais pelo mundo depois que movimentos da sociedade civil brasileira começaram a pressionar o governo para não aceitar sua nomeação como novo embaixador de Israel no Brasil. Uma breve análise de sua trajetória revela porque todos nós devemos igualmente nos opor. Dayan migrou de Buenos Aires para Israel em 1971 e depois de uma carreira de 8 anos no Exército tomou o caminho usual de ex-militares israelenses: utilizou sua experiência militar em repressão e controle para fazer negócios.

Em 1982, fundou Elad Solutions, uma empresa de softwares que provê “soluções de segurança” às políticas de colonização e ocupação a instituições do Estado e do Exército israelenses. A empresa vende suas tecnologias ao redor do mundo como parte do sistema israelense de sustentação dos custos de guerra. O dinheiro gasto em massacres e ocupação volta à economia quando o Exército israelense e empresas privadas vendem a expertise do país ao redor do mundo.

Depois de sua experiência no setor privado, Dayan passou a se dedicar à política, organizando diretamente a colonização ilegal da Cisjordânia como diretor do Conselho de Yesha, a coalizão de assentamentos ilegais israelenses no território palestino ocupado. Sob sua liderança, duas associações financiadas pelo Conselho de Yesha desenvolveram a política de “price tag”. As “etiquetas de preço” consistem em atos de terror contra a população palestina, promovidos por colonos para mostrar o preço de ações palestinas ou internacionais contra o empreendimento colonial. Essas ações incluem ataques físicos, destruição de casas, plantações, propriedades e uma série de táticas para promover o medo. No ano passado, [colonos queimaram vivo Muhammad Abu Khdeir](#), forçando-o a beber gasolina. Há poucos meses, [colonos atearam fogo à casa da família Dawabshah](#), queimando vivo seu filho mais novo. Os pais morreram na sequência.

Leo Gleser ainda não tem tanto destaque nas manchetes, mas é outro ator importante nas relações militares de Israel. Também nascido na argentina, deixou o Exército no mesmo ano que Dayan e também criou sua empresa, a ISDS (Israeli Security and Defense Systems). A ISDS começou a [exportar sua experiência](#) “testada em campo”, sobretudo para a América Central nos anos 1980, sendo acusada de ter treinado militares durante as ditaduras em Guatemala e El Salvador e Nicarágua.

EFE

*Exército israelense na fronteira com a Faixa de Gaza em ofensiva em julho de 2014*

**Israel não oficializou pedido de aceitação de novo embaixador, diz Marco Aurélio Garcia**

**Breno Altman: Política dos EUA na questão palestina mantém**



Nomeação de Dani Dayan causou crise diplomática entre Brasil e Israel



**“apartheid sionista” de Israel**



**Israel autoriza uso de armas letais contra palestinos que atirarem pedras**

Com escritório no Rio de Janeiro, a empresa de Leo Gleser treina, no Brasil e em Israel, forças policiais brasileiras, como o BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais). Dentre os ensinamentos dos instrutores da ISDS, está o método de “[atirar do peito à cabeça](#)” de seus alvos. Gleser, que não hesita em defender execuções extrajudiciais em favelas brasileiras, agora, tem um contrato para fornecer equipamento de segurança em troca de publicidade com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos da Rio16.

As Olimpíadas se transformam em uma vitrine das práticas desenvolvidas ao longo de décadas de apartheid, ocupação e expulsão do povo palestino de suas terras - tudo internacionalmente ilegal - agravando e legitimando as violações de direitos humanos perpetradas no Brasil. Por isso, e especialmente em resposta ao chamado palestino por [Boicote, Desinvestimento e Sanções \(BDS\)](#), movimentos brasileiros pressionaram o governo federal por um posicionamento sobre a atuação da ISDS nas Olimpíadas.

No início deste ano, o Ministério da Justiça [esclareceu](#) não ter laços comerciais com a empresa. No entanto, na contramão, o Comitê Olímpico mantém sua parceria, somando às remoções e a criminalização de movimentos e trabalhadores ambulantes no Rio de Janeiro, mais um elemento de contradição brutal ao espírito olímpico que a Rio16 deveria promover. Neste sentido, a campanha “[Olimpíadas sem Apartheid](#)” objetiva resgatar o respeito aos direitos humanos, à dignidade de nossas lutas e construir um esforço global pela justiça, igualdade e liberdade.

Simbólica e materialmente, Dayan e Gleser são embaixadores da injustiça. Nós, palestinos, não queremos que as populações no mundo sofram das mesmas táticas e práticas que nós estamos enfrentando há décadas. Queremos cooperar para um Brasil que respeite os direitos humanos de todos e de todas. Um Brasil que não aceite um embaixador que é símbolo e promotor da colonização ilegal dos territórios palestinos ocupados em 1967 e que tampouco permita que as Olimpíadas que sedia sejam vitrine para empresas como a ISDS.

*(\*) Jamal Juma, 53 anos, é coordenador da Campanha Palestina Stop the Wall e membro da secretaria executiva do Comitê Nacional Palestino do Movimento de Boicote, Desinvestimentos e Sanções*